

DAS CORRENTES DE PROMETEU A
SOCIEDADE DO NÃO-TRABALHO?
*REFLEXÕES SOBRE A CENTRALIDADE DO
TRABALHO A PARTIR DA JUVENTUDE*

Clarice Cassab *

RESUMO

Esse artigo tem como intenção realizar uma breve reflexão da importância do trabalho enquanto elemento fundante da atividade humana. Para tanto, partir-se-á da centralidade dada pelos jovens ao trabalho e ao emprego. Ao final pretende-se apontar em direção a uma alternativa possível.

Palavras-chave: trabalho-emprego-juventude.

ABSTRACT

This article reflects on the importance of work as a founding element of human activity. It begins by examining the centrality that young people give to work and jobs; and ends by seeking to point out a possible alternative.

Keywords: work-job-youth.

A readequação do capitalismo a partir da superação do modelo de acumulação fordista por formas produtivas desregulamentadas e flexíveis provocou, nas últimas décadas, mudanças profundas nas esferas econômica, política, social e cultural. A consolidação dessa política teve como principal resultado o aumento da precarização dos trabalhadores urbanos.

Em realidade, a partir da década de 90 e em especial após o governo Collor e o Plano Real, foram adotadas uma série de medidas políticas e econômicas que acabaram por acirrar a dependência do Brasil aos capitais internacionais, tornando-o ainda mais vulnerável as flutuações financeiras. Essas alterações foram acompanhadas de políticas

* Geógrafa, doutoranda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Observatório da rede de atendimento sócio-assistencial à infância e juventude em Juiz de Fora do Pólo de suporte as políticas de proteção à infância e juventude da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Email. claricecassab@yahoo.com.br

de redução do papel do Estado que visavam retirar deste os “ônus” provenientes dos encargos sociais. A fragilidade econômica e as políticas de desregulamentação do trabalho, associadas ao enfraquecimento da “mão esquerda do Estado” (BOURDIEU, 2003) propiciaram uma enorme precarização das condições de trabalho e vida dos trabalhadores que habitam as cidades brasileiras. O resultado foi a crescente diminuição da renda média familiar, o aumento da pobreza, a redução dos postos de trabalho formal e o crescimento do subemprego.

Esse processo formou um enorme contingente de trabalhadores desempregados com baixa expectativa de se (re)inserirem no mercado de trabalho formal, além de subproletariados, todos sem possibilidades de acesso as rendas direta e indireta geradas pelo trabalho. O aumento do número de pessoas que têm um reduzido, frágil e inseguro horizonte de trabalho e de garantia de sobrevivência, faz com que grandes contingentes, em especial os jovens circulem ora no mercado formal, ora no informal e mesmo no ilegal, ou no emprego, subemprego e no desemprego. Hoje, parcelas majoritárias de trabalhadores não conseguem constituir-se nem enquanto trabalhadores, nem enquanto cidadãos ou sujeitos de direitos.

Mas é importante notar que a crise do mundo do trabalho e a desarticulação da classe trabalhadora não podem ser confundidas com a perda da importância do trabalho para a estruturação das relações sociais, mesmo entre os jovens.

Ainda hoje o trabalho se constitui eixo estruturador das identidades individuais e coletivas. Para Revol (1994) é,

pelo trabalho, produtor de valores de uso, ou seja, o trabalho concreto, que ocorre o metabolismo entre homem (sociedade) e natureza. Através da cooperação entre os homens, o trabalho torna-se social, pois assim, o homem passa de um ser meramente biológico para um ser social. O trabalho tem uma intenção ontológica, voltada para o processo de humanização do homem. Através do trabalho, o ser social produz-se a si mesmo como gênero humano e abre caminho para a realização da liberdade.

O trabalho é, portanto, forma do metabolismo entre o homem, em sua vida social, e a natureza, e também produtor da sociedade. O que significa afirmar que ao

mesmo tempo em que o homem modifica a natureza externa ele altera também sua própria natureza humana que converte o trabalho social como elemento estruturante da sociabilidade.

Mas na sociedade capitalista “o processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 1983:150). Daí o trabalho torna-se estranhado e exteriorizado pois o trabalho é para o operário;

(...) apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho como parte de sua vida, é antes um sacrifício da sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Por isso, o produto da sua atividade tampouco é o objetivo da sua atividade (...) A vida para ele, começa quando termina essa atividade, à mesa, no bar, na cama. As 12 horas de trabalho não têm, de modo algum, para ele, o sentido de tecer, de fiar, de perfurar etc, mas representam unicamente o meio de ganhar o dinheiro que lhe permitirá sentar-se à mesa, ir ao bar, deitar-se na cama (MARX, 2006: 36-37).

Assim, “(...) quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tão mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que ele cria diante de si, tão mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, e tanto menos o trabalhador pertence a si próprio” (MARX, 2004:177). O que deveria ser fonte da sociabilidade se converte em obrigação e castigo já que “sob o capitalismo, o trabalhador freqüentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada, não se reconhece mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho” (ANTUNES, 2004:9).

Nesse sentido que é possível afirmar que o trabalho social possui uma dupla natureza. Ele é ao mesmo tempo criador e alienado e só pode ser entendido através da relação social que põe em ação. É nessa sociedade, estruturada e organizada em torno do trabalho e de sua apropriação, que a centralidade dessa categoria se recoloca. Como afirma Maar (2007):

a questão do trabalho e sua centralidade estão presentes nas formas concretas e contraditórias da reprodução social vigente (...) a sociedade do trabalho é determinada a partir de sua base econômica pela perspectiva da acumulação do capital, e é determinante seja dos indivíduos que atuam e trabalham na

sociedade, seja das suas relações sociais, seja da suas relações com a natureza.

O que significa afirmar que não é possível situar a discussão acerca da importância do trabalho enquanto estruturador e organizador das relações sociais fora da sociedade capitalista. Daí sua centralidade.

No capitalismo, o trabalho somente se realiza como social pela via da participação no mercado de trabalho. E, da mesma forma, a inserção social – como sujeito individual ou coletivo, embora alienado, depende da via do assalariamento, portanto do emprego.

A sociedade capitalista não se reproduz ou se conserva sem que haja a mediação do trabalho, mas, por outro lado, a forte tendência declinante do emprego frente ao crescimento do capital tem modificado sobremaneira as possibilidades de entrada de amplo conjunto de trabalhadores no emprego.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho e sua precarização levaram a uma redução das possibilidades de acesso dos jovens ao emprego e, conseqüentemente, a inserção nas relações sociais que transitam em seu entorno.

Mas se é verdadeira a tendência declinante no trabalho assalariado e do emprego formal, por outro, isso não representa o fim do trabalho. O principal argumento dos autores que afirmam a perda da importância do trabalho centra-se na idéia de que o crescente desemprego estaria inviabilizando que o trabalho permanecesse como categoria estruturante da sociabilidade humana. Para esses autores, o desemprego, resultante do processo de automação levaria ao fim da “utopia de uma sociedade do trabalho”. Essa teria perdido sua força na medida em que perde seu ponto de referência na realidade (HABERMAS, 1987:106).

Essa concepção parece basear-se num equívoco comum, o de considerar trabalho e emprego sinônimos. Trabalho precede emprego e existe desde o momento em que o homem passou a modificar a natureza. Segundo Marx (1983:149):

O processo de trabalho (...) é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural

eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais.

O emprego é algo mais recente e enquanto conceito surge junto à revolução industrial. Configura-se como uma relação relativamente estável e mais ou menos duradoura. Relação essa estabelecida entre o capitalista e o trabalhador. Há, dessa forma, um contrato que pressupõe uma relação de subordinação do empregado ao empregador. Donde se conclui que nem todos os trabalhadores são empregados.

Em realidade, vivencia-se hoje uma crise do emprego e não do trabalho. O processo de reestruturação produtiva levou a uma maior automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão para zonas de controle do trabalho mais fácil e a fusões e medidas para acelerarem o tempo de giro do capital. O resultado foi a maior flexibilidade dos processos de trabalho e dos produtos e padrões de consumo.

Esse cenário acabou por gerar fortes pressões no controle do trabalho, solapando o trabalho organizado. Foram, portanto, reflexos desse processo o desemprego estrutural, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do poder sindical, além de regime e contratos de trabalho mais flexíveis e a redução do emprego regular. As novas condições do mercado de trabalho reacentuaram a vulnerabilidade dos grupos desprivilegiados, dentre eles parcela dos jovens urbanos.

Apesar das diversas críticas feitas em relação à importância e centralidade do trabalho na configuração das relações sociais, o vínculo social pela via do trabalho – representada na maioria das vezes pelo assalariamento e pelo emprego formal – permanece sendo uma realidade concreta. Essa inserção é fundamental na constituição de uma auto-identificação social que faz com que haja um reconhecimento coletivo e a possibilidade de uma ação política.

Isso também é percebido entre os jovens. Em sua pesquisa envolvendo jovens do Rio de Janeiro, Castro (2005) mostrou como o trabalho ainda é central em suas falas. CASTRO (2003) referindo-se a outra pesquisa também indica a importância dada ao trabalho pelos jovens como forma de inserção social. Cassab (2001:58), a partir de entrevistas realizadas com jovens, aponta para a mesma direção e afirma que:

(...) o trabalho, pelos baixos salários percebidos, não é visto como meio de satisfação de desejos, mas como forma de auto-regulação, estratégia de conservação da própria vida e tentativa de auto-proteção frente aos riscos a partir de sua diferenciação do “vagabundo”, através da adesão à identidade de trabalhador. Essa identidade é como um último recurso de segurança frente à territorialização de seus locais de moradia pelo narcotráfico e ao arbítrio das forças de repressão.

Em pesquisa realizada pela autora¹ junto a jovens de Juiz de Fora – MG, foi perguntado como se sentiam em relação a sua cidade. C.A de 17 anos afirmou: “eu não me sinto muito bem não, porque ela não me dá oportunidade de emprego” (C.A, entrevista a autora, 2006).

O trabalho, na forma de emprego, ainda hoje é central para os jovens. Assim, se é verdade que há uma crise do emprego, não é verdadeira a perda da importância do trabalho como fator estruturante da vida coletiva e gerador de identidades. ORGANISTA (2006:20) afirma que:

Apesar das críticas quanto à perda da centralidade do trabalho apontando para um novo paradigma da sociedade do lazer e do tempo-livre, verificar-se-á que essas transformações não estão levando a uma produção simbólica que referende, no mundo cotidiano, a idéia de que estaríamos num mundo mas leve das amarras do trabalho. Ao contrário, as transformações no mundo do trabalho não se restringem a ele, mas abrangem todas as relações sociais, emitindo um alerta de que o trabalho cada vez mais desvinculado do emprego e da forma direta de assalariamento, desperta na sua falta uma era de incertezas, desesperanças e angústias, para aqueles que sofrem diretamente com o desemprego, bem como para aqueles que os cercam.

Por um lado a imagem da juventude poderia respaldar a idéia de uma sociedade sem o dever e compromisso do trabalho, uma sociedade do lazer e tempo livre. Por

¹ A pesquisa é desenvolvida no âmbito do Observatório da rede de atendimento sócio-assistencial à infância e juventude em Juiz de Fora e faz parte do projeto UFJF: Território de oportunidades, do Pólo de Suporte às políticas de proteção à infância e adolescência, da Faculdade de Serviço Social da UFJF.

outro, a própria juventude vem expressando cada vez mais seus anseios por emprego. A fala de L.A. de 17 anos parece apontar para isso.

Acho que ser jovem é ter uma força de vontade grande para **querer trabalhar** ter responsabilidade com sua vida, arrumar um **emprego legal**, ter uma vida legal. Não é porque você é novo que você não pode ter responsabilidade, levar uma vida normal como qualquer outro. A idade não importa muito nessas horas, eu acho que não. É difícil, por exemplo a pessoa menor de idade conseguir um emprego melhor, mas por isso existem esse cursos mirins que ajudam tudo (L.A, entrevista a autora, 2006).

O emprego e, portanto o trabalho, dá aos jovens pobres urbanos uma visibilidade social que os identificam como confiáveis e não-perigosos. Visão que parece encontrar respaldo em uma concepção de cidadania na qual o cidadão não tem lugar já que “a identidade é atribuída pelo vínculo profissional sacramentado pela lei, que o qualifica para o exercício dos direito²” (TELLES,2001:23). Nesse caso, desempregados e subempregados não são reconhecidos como cidadãos restando a eles apenas à repressão tanto privada quanto pública.

Assim, como afirma Cassab, o trabalho permanece sendo a “salvaguarda para o reconhecimento social e a diferenciação, capaz de lhes [aos jovens] garantir o mínimo de possibilidades de escaparem ilesos ao conflito que se agudiza nesta época da vida” (CASSAB, 2001, p.61), por outro lado ele se torna cada vez mais remoto. Assim, mais do que emprego precário e o subemprego, seria o desemprego o maior responsável pelas sensações de insegurança, instabilidade e incerteza pelas quais os jovens passam.

É evidente que a difícil situação da juventude brasileira não se inaugura com a reestruturação do capital. No entanto, parece ser possível afirmar que ela se aprofundou

² Essa concepção valorativa do trabalho também é o resultado da emergência da sociedade capitalista já que, foi apenas a partir do século XVIII, na Europa, que o trabalho adquire virtualidade. Até então trabalho era coisa realizada pelos escravos e/ou servos. É o capitalismo que traz uma nova característica ao trabalho dando-lhe o sentido de dignidade e realização e, portanto de direito e dever.

ainda mais, acompanhando o movimento de precarização do trabalho. Um breve panorama da situação dos jovens³ no Brasil hoje parece apontar nessa direção.

O Censo demográfico de 2000 mostrava para a existência de 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, no Brasil. Desses, 4,5 milhões viviam em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo sendo que 700,9 mil (17%) viviam em áreas metropolitanas e 1,8 milhão (43%) em áreas urbanas não-metropolitanas.

Dos cerca de 34 milhões de jovens existentes no Brasil, 17,2 milhões (52%) estavam ocupados – apenas 6 milhões (36%) em empregos formais – e 3,8 milhões (11%) desempregados. Sendo que 2 milhões (53%) eram mulheres.

A significativa participação de jovens no mercado de trabalho parece indicar que famílias passaram a depender ainda mais dos salários de cada um de seus membros, o que obrigou o jovem a ingressar cada vez mais cedo no mercado de trabalho. Ainda de acordo com o PNAD, 41,3% dos jovens viviam em famílias com renda familiar *per capita* de mais de um salário mínimo e 12,2% em famílias com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Esses jovens possuem, na sua maioria, baixo grau de escolarização, o que terá rebatimento no cargo desempenhado e no salário recebido. Do total de jovens brasileiros 17 milhões, ou seja, metade, não estavam freqüentando escola. Dentre os que estudam 43,2% possuem até o ensino fundamental completo, 43,5% estão cursando ou completaram o ensino médio e apenas 13,3% conseguiram alcançar o ensino superior.

Em torno de 26,2% dos jovens pobres estão desempregados enquanto que 11,6% dos jovens mais ricos encontram-se na mesma situação – sendo que entre eles o trabalho assalariado possui maior participação (77,1%). Desses, 49% possuem carteira assinada.

Entre os jovens pobres, esses percentuais caem significativamente. Apenas 41,4% dos jovens pobres possuem trabalho assalariado sendo que, do universo de trabalhadores assalariados 74,3% não tem carteira assinada. Os jovens de 15 a 24 anos representam cerca de 20% da população do país. São 33 milhões de brasileiros, dos quais 80% vivem na área urbana (IBGE, 2000).

³ Para fins desse estudo e com o intuito de utilizar os dados disponíveis, ao se tratar de jovens adota-se o critério da ONU que se refere a faixa etária de 15 a 24 anos.

Já de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2001), 3,7 milhões de jovens estão desempregados; o que representa 47% do total de desempregados no Brasil. A taxa de desemprego aberto para os jovens é de cerca de 18%, enquanto a média brasileira é de 9,4%.

Dos jovens de 15 a 24 anos, 10,5 milhões (31%) moravam em Regiões Metropolitanas e 17,7 milhões (52%) moravam em Áreas Urbanas Não-Metropolitanas. Além disso, as maiores taxas de desemprego são encontradas na área urbana: 25,7% nas regiões metropolitanas e 17,7% nas demais áreas urbanas.

Fora do mercado de trabalho formal, abandonados em periferias carentes de bens e serviços, para esses jovens a cidade é o lugar de permanentes riscos e confrontos, o lugar de incertezas quanto ao futuro. Por outro lado, a permanência desses jovens no espaço da cidade é lida de forma ameaçadora. Jovens sem trabalho, sem escola, pobres se tornam potenciais ameaças na leitura enviesada de segmentos da sociedade. A resposta a esse perigo é a repressão e a punição. São os jovens as maiores vítimas da violência, inclusive da violência oficial (CASSAB, 2001).

Ainda de acordo com a pesquisa do PNAD, em 2001, morreram 45 mil jovens de 15 a 24 anos no Brasil, destes 36 mil (79,8%) eram homens e 9 mil (20,2%) eram mulheres. As causas externas responderam por 32,2 mil (70%) das mortes de jovens nesta faixa etária. Neste total, estavam 28,8 mil mortes de jovens do sexo masculino (79% do total de mortes destes jovens homens) e 3,4 mil mortes de jovens do sexo feminino (36,8% do total de mortes destas jovens mulheres). São nas regiões metropolitanas onde se encontram as maiores taxas de homicídio de jovens. Das 16,9 mil mortes por homicídio de homens de 15 a 24 anos, quase 10 mil (58%) ocorreram em áreas metropolitanas.

Dados da UNESCO (2002) apontam a taxa de mortalidade juvenil por homicídio no Brasil – 45,8 por mil jovens em 1999 – como sendo a terceira maior do mundo. Também é grande o número de jovens brasileiros em privação de liberdade. Existiam, em 2001 no Brasil, 10 mil jovens em privação de liberdade. Destes 90% eram do sexo masculino e 76% estavam na faixa etária de 16 a 18 anos. Sendo que 60% eram pretos e

51% não freqüentavam a escola e 40% não trabalhavam no momento em que cometeram o crime.

A crise do emprego parece, portanto, afetar sobremaneira os jovens, que são sistematicamente excluídos do mercado de trabalho. Diante dessa situação, muitos deles procuram nova forma de sociabilidade e identificação em organizações como as galeras. Todavia esses espaços parecem não apontar para a diversidade. Os membros são homogeneizados a partir de ritos de pertencimento ao grupo. Todos escutam, ouvem, agem da mesma forma, não se percebendo a diferença ou o antagônico. São espaços organizados a partir do consumo. Consumo que cada vez mais orienta as relações sociais.

Harvey (1995) mostra como no processo de acumulação flexível o tempo de giro do capital foi reduzido significativamente pelo uso de novas tecnologias produtivas e de novas formas organizacionais. Essa redução do tempo de giro também se deu no consumo com a redução da meia vida dos produtos pós-fordistas. Além disso, a atenção é muito maior as modas fugazes e uso de artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural. A estética pós-moderna celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e mercantilização de formas culturais. Acentua a volatilidade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. A ênfase é dada aos valores e virtudes da instantaneidade e da descartabilidade. Jogar fora valores, estilos de vida, lugares, pessoas etc torna-se prática comum. As imagens tornam-se mercadorias e podem ser vendidas em massa instantaneamente no espaço. Perde-se o sentido de futuro e de continuidade. O tempo se presentifica.

Na busca pela construção de suas identidades esses jovens oscilam entre um imaginário repleto das imagens midiáticas da juventude – virilidade, audácia, futuro, assimilando os padrões de consumo e estilos de vida vendidos nos meios de comunicação de massa, e as dificuldades de se incorporarem ao mercado de trabalho assalariado, impedindo que esses jovens realizem suas aspirações de consumo.

O consumo torna-se símbolo de identificação a certos grupos e estilos de vida. O consumo de um estilo de vida, de valores, de músicas, roupas que os tornam iguais e

os diferenciam apenas na relação com os demais grupos. Os padrões de consumo assinalam as diferenças entre grupos, identificando aqueles que são membros da galera daqueles que não participam. As galeras configuram-se como espaço de consumo e ritualista.

Dentre as conseqüências de se ter o consumo como princípio norteador da sociabilidade desses jovens é que apenas a dimensão individual é valorizada, pois, conforme Cassab (2001:160), “o consumo é uma experiência solitária. A segunda é que, sendo estritamente do campo individual, os processos caudatários da produção da subjetividade coletiva tornam-se fluidos, enfraquecendo-se a dimensão da cidadania e solidariedade social, que não está restrita a intersubjetividade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi objetivo mostrar como o trabalho e sua expressão contratual, o emprego, não perderam sua centralidade ou importância nos dias atuais. Apesar de todas as conseqüências geradas pela chamada reestruturação produtiva, ainda hoje o trabalho permanece sendo elemento fundamental da sociabilidade. Mais do que isso, para muitos dos jovens urbanos, o trabalho e o emprego, se constituem como segurança diante de um mundo cada vez mais instável, duro e intolerante com a juventude.

Ao contrário de momentos anteriores, o modelo atual aprofundou as desigualdades sem gerar qualquer possibilidade de crescimento, impulsionando uma grande parcela da população economicamente ativa a situações de instabilidade. Situação ainda agravada pelo desmonte das políticas sociais, pela diminuição de investimentos em equipamentos e serviços urbanos e pela privatização dos serviços públicos.⁴ Essas condições afetaram sobremaneira a capacidade de sobrevivência dos trabalhadores pobres e informais que têm no acesso público a educação, saúde, lazer etc. a possibilidade de reduzirem os encargos em seus orçamentos familiares. Além disso, as

⁴ Concomitante a esse processo vive-se o agravamento das dívidas dos estados e município e a disputa entre níveis de governo.

diretrizes neoliberais acabam por transferir a assistência social do âmbito de uma política pública para a esfera de ações pontuais e emergenciais. Verdadeiros paliativos diante da situação de miséria e desemprego existente.

Ao optar por esse modelo o Estado brasileiro se eximiu de qualquer responsabilidade perante os trabalhadores. A consequência foi, dentre outras, a responsabilização dos governos locais e da sociedade nas soluções a crise social.

A perda do trabalho afeta mais diretamente aos jovens. São eles os que mais sofrem com os processos de reestruturação produtiva. Jovens que engrossam a população da periferia das cidades. Esse também parece um importante desafio à medida que recolocar a centralidade do trabalho também possibilita respostas à situação da juventude nas periferias urbanas. Jovens que sentem de maneira mais terrível as dificuldades de realizarem seu ideal de felicidade baseado no binômio trabalho e família.

Por outro lado, muitos desses jovens parecem se incorporar a movimentos sociais, se colocando não apenas como base, mas assumindo posições de liderança⁵. Se de um lado são os que mais sofrem os impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, por outro cada vez mais buscam respostas a sua situação. Por esses motivos entende-se que é preciso reconhecê-los e incorporá-los enquanto elemento da realidade urbana atual.

Nesse sentido, coloca-se como desafio a capacidade de mobilizar um contingente cada vez maior de jovens trabalhadores desempregados e em condições precárias de existência. Ao agregar e organizar diferentes pessoas o movimento urbano cria entre seus membros uma identidade que os definem também como moradores da cidade e, portanto, beneficiários dos mesmos direitos detidos por outros. A construção dessa identidade se contrapõe às concepções dominantes que recusam aos moradores da periferia o direito a cidade. Sujeitos sem identidade e sem direitos, essas pessoas, quando organizadas, afirmam sua existência no tecido social e no espaço urbano. Reivindicam para si o direito de serem reconhecidas enquanto moradores da mesma metrópole e rejeitam as tentativas de ignorá-los ou criminalizá-los. Exigem, dessa

⁵ Essa observação tem como base pesquisa realizada junto ao MTST durante o mestrado.

maneira, não apenas o reconhecimento de sua luta (identificada como legítima) como também o reconhecimento de seus direitos.

A afirmação dessa identidade parece estar vinculada à afirmação do trabalho, pois num mundo onde o desemprego é uma questão estrutural é cada vez mais importante recompor a centralidade do trabalho. Sendo assim, inserir o trabalho como bandeira e como projeto é um dos desafios atuais e articulá-lo com um projeto de cidade parece ser uma das alternativas possível. A luta pelo trabalho, soma-se a luta pela cidade.

O que significa romper com a dicotomia mundo da produção e mundo da reprodução – e conseqüentemente articular de forma definitiva a moradia ao trabalho. Pois, se é verdade que é através da moradia que os trabalhadores se enraízam nas cidades sua permanência somente é possível mediante o acesso ao trabalho. O trabalho é, dessa forma, condição essencial na construção das esferas de sociabilidade e de permanência no tecido urbano. Pois, dentre as múltiplas possibilidades simbólicas que contribuem na construção da identidade dos sujeitos o trabalho ainda hoje é central.

O depoimento de uma moradora quando da reintegração de posse de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em São Bernardo, em São Paulo, parece sinalizar para essa direção. Ao afirmar que “nós não somos bandidos, somos trabalhadores. Estamos aqui pelos nossos filhos que não tem um teto para morar” essa senhora se identifica enquanto pertencente à cidade, enquanto portadora de direitos e se distingue dos “*bandidos*” a partir de seu reconhecimento enquanto trabalhadora. Também é a partir das relações de trabalho que as situações de dominação e exploração se manifestam de forma mais clara. Sujeitos com experiência no mercado de trabalho parecem identificar de forma mais explícita situações de exploração e dessa forma construir uma identidade coletiva de explorados. Considerando que hoje o número de desempregados vem crescendo entre pessoas que nunca tiveram nenhuma experiência anterior de trabalho parece viável supor que é ainda mais difícil à construção dessa identidade comum. Talvez aí se explique a grande ofensiva ideológica iniciada pelo capital no sentido de afirmar o fim do trabalho.

No entanto, para os jovens pobres o trabalho permanece sendo referência central e, nesse sentido, adquire importância não apenas do ponto de vista econômico – como possibilidade de se obter salário – como também na construção de uma identidade coletiva. O trabalho é, portanto, também central do ponto de vista cultural e simbólico. É pelo trabalho que esses jovens se reconhecem como pertencentes à cidade e a sociedade. O trabalho, para muitos deles, torna-se a porta de entrada para a vida e para o mundo adulto. O trabalho é, dessa forma, não apenas o caminho da subsistência mas, antes de tudo, ele “opera um modelo de reconhecimento mútuo, ou seja, é também pelo trabalho que os sujeitos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitáveis” (ORGANISTA, 2006:20).

Se em alguma medida permanece tendo o trabalho sua centralidade, por outra, no capitalismo ele acorrenta os trabalhadores tornando-se verdadeiro tripalium⁶. Isso porque o trabalho se torna estranhado, alheando o homem daquilo que produz e as relações entre os homens se dão como relações materiais entre coisas. Referindo-se a exteriorização do trabalhador em relação ao seu trabalho Marx afirma:

O trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *Physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. (...) O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação (MARX, 2004: 181).

É esse trabalho, estranhado, exteriorizado e que infelicita os trabalhadores, que deve ser recusado. Daí a necessidade de se pensar o trabalho, como afirma Antunes (2005), dotado de autonomia e autocontrole. Um trabalho que tem como objetivo a

⁶ Origem etimológica da palavra trabalho. Refere-se a antigo instrumento de tortura romano formado por três estacas cravadas no chão. Nelas eram torturados os escravos.

produção dos valores de uso sendo, dessa forma, pautado pelo tempo necessário. Ao contrário do trabalho regulado pelo tempo excedente voltado para a acumulação privada do trabalho social.

Mas se o trabalho se constitui enquanto espaço onde se realiza a formação de uma identidade coletiva através da sociabilização e das percepções das contradições existentes em sua estruturação, por outro essa possibilidade parece ter se reduzido pela recente crise do mundo do trabalho. Frente a essa situação qual o espaço que os jovens possuem na consolidação dessa identidade coletiva, numa perspectiva política? Que outros espaços se tornam possíveis?

Talvez a luta pela cidade e sua apropriação, articulada à luta pelo trabalho, possa se configurar como alternativa na formação de uma ação social coletiva de uma parcela dos jovens urbanos. Fica a indagação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

CASSAB, C. *Mudanças e permanências: novos desafios ao movimentos urbanos. Uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2004.

CASSAB, M. A. T. *Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e na incerteza*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2001.

CASTRO, Lucia Rabello. *Aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2005.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003.

HABERMANS, J. A nova intransparência. In. *Novos estudos CEBRAP*, n. 18, São Paulo, 1987.

HARVEY, David. *Condição Pós-moderna*. São Paulo: edições Loyola, 1993.

MAAR, Wolfgang Leo. A dialética da centralidade do trabalho. In. *Ciência e Cultura*, out./dez. 2006, vol.58, no.4, p.26-28.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. 1, livro primeiro. Rio de Janeiro: editora Abril, 1983.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Trabalho estranhado e propriedade privada. In. ANTUNES, R. (org). *A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ORGANISTA, J.H.C. *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo: Expressão popular, 2006.

REVOL, René. Perspectivas para o trabalho. In *O Olho da História*, nº 4, Revista do Departamento de História Social da Universidade Federal da Bahia - Salvador, 1998.

TELLES, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.